

Nota dos Organizadores

É mais do que oportuno o Programa de Pós-graduação em Sociologia, da UFAL, dedicar um Dossiê temático focalizando a violência como um objeto de estudo, por excelência, da sociologia. Não se trata, evidentemente, de argumentar a novidade deste problema que invade a cena social nos últimos tempos; mas sim, de destacar a importância da produção sociológica, com análises compreensivas e explicativas, sobre este fenômeno que não passa despercebido por qualquer um dos mortais ainda viventes. Os registros históricos nos revelam que a violência acompanha toda a história da humanidade desde a constituição dos primeiros agrupamentos humanos. Esta constatação nos autoriza afirmar que a violência é um problema universal, um tema que exige reflexões sobre a própria condição humana, marcada pela falta, pela contingência, insuficiência, incompletude, precariedade e fragilidade constitutivas do próprio sujeito. Não podemos mais sustentar a tese que realça apenas a dimensão racional do humano; existem outros parâmetros valorativos, ideológicos e culturais que são igualmente importantes na definição das ações humanas, portanto, estão presentes na configuração do ordenamento social, sendo elementos definidores de sociabilidades onde a violência se presentifica de forma contundente.

O pressuposto de que o ser humano é portador de possibilidades construtivas e destrutivas, de que ele é capaz de lançar mão de argumentos racionais e irracionais, conscientes e inconscientes, para orientar suas ações e justificar suas condutas no processo de produção de suas vidas é algo que põe a temática da violência no campo da complexidade. É este humano que está na cena de todos os crimes, seja como vítimas ou como algozes. Portanto, as análises sociológicas exigem um debruçar sobre a subjetividade humana que tem produzido sociabilidades violentas em basicamente todas as cidades do Brasil e do mundo. É importante realçar que a violência não se funda no capitalismo; não há quem possa afirmar, em sua consciência, que a violência poderá ser varrida da história humana com a supressão do modo de produção capitalista que, por si só, realmente, produz um tipo de violência estrutural de grande repercussão na vida humana. Mas, sabemos, existem vários tipos e expressões de violência (homofobia, racismo, pedofilia, violência doméstica, violência juvenil, violência do trânsito, violência policial, intolerância e fanatismo religioso,

violência nas escolas, violência das torcidas organizadas etc) que exigem análises que levem em consideração, além das contradições econômicas, a dimensão subjetiva pela complexidade, pela contingência e pela imprevisibilidade, sendo estes elementos inescapáveis e invariáveis à vida humana.

Sabemos que as contradições e desigualdades sociais provocam reações humanas adversas ao ordenamento e aos ditames da lei; que os conflitos gerados por sentimentos de egoísmo, ódio, ciúme, inveja, disputas, cobiças, intolerância, de fato, potencializam contextos em que é possível surgir situações de violência explosiva nas relações sociais e interpessoais. Por outro lado, podemos reforçar o argumento de que quanto mais existem instâncias de controle coletivo e adesão às normas e leis sociais, mais possibilidades teremos de os sujeitos fazerem renúncias pulsionais em favor da vida em coletividade.

É desconcertante a constatação de que, a despeito das conquistas republicanas e democráticas, dos tratados, pactos, acordos e convenções nacionais e internacionais, que estabelecem referenciais normativos e valorativos em favor do aprofundamento do processo civilizacional, estejamos diante de cenários que expressam a absoluta inobservância aos ditames culturais, particularmente, aos interditos que, se gozassem da adesão social, impediriam o acontecimento de mortes, de abusos e injustiças no âmbito das relações sociais e interpessoais. Nossa indignação e espanto frente aos cenários de violência que assistimos cotidianamente não se sustentam na ideia da possibilidade da constituição de uma sociedade perfeita, plenamente harmoniosa nos moldes do que seria o paraíso na terra. Nossa inquietação está relacionada ao fato de estarmos vivendo em pleno século XXI, onde registramos tantos avanços científicos e tecnológicos, mas ainda convivemos com cenas dantescas de uma violência difusa e, muitas vezes, sem causa, onde crianças, jovens, adultos e idosos são barbaramente violentados em seus direitos, particularmente, com relação ao direito à vida. Visualizamos que este processo social que se institui não como exceção, mas como regra, expressa, em última instância, um movimento que reforça a desvalorização da vida e a banalização da morte de forma quase generalizada.

Este número da Revista *Latitude* que se dedica ao tema da violência vem contribuir com esse debate que, longe de ser consensual, está pontilhado de controvérsias e paradoxos. Esta edição é resultado do

encontro frutífero entre o NEVIAL – Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas – e o UICCC – Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento –, pertencente ao Instituto Superior de Maia, Portugal, através na pessoa da pesquisadora Vera Duarte. Assim, trazemos as contribuições de pesquisadores brasileiros e portugueses que se comprometeram com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL, através do seu coordenador Dr. João Vicente, a lançar um número expressando essa parceria e uma possível articulação interinstitucional entre a UFAL e o Instituto de Maia, Portugal. Temos, portanto, o privilégio da leitura de análises sobre a realidade de violência de um país que compõe a Comunidade Europeia, o que nos permite inferir comparações sobre similaridades e diferenças entre o Brasil e Portugal no que tange às formas e expressões da violência na contemporaneidade.

Sendo um problema que se expressa de forma heterogênea e plural, nos vários contextos sociais e culturais existentes, argumentamos que se trata de um fenômeno polissêmico, sendo esta dimensão um fator que ao tempo em que gera desacordos, paradoxos e controvérsias em torno de suas interpretações e explicações, também amplia as possibilidades de diálogo entre os pesquisadores que se dedicam a essa temática.

Os textos que compõem esta revista falam de crimes contra a vida, roubo, furtos, crimes contra o patrimônio, contra crianças e adolescentes, sobre a violência institucionalizada, a violência policial e violência midiática. Ficam patentes as diferenças na abordagem dos pesquisadores brasileiros e dos pesquisadores portugueses, particularmente sobre os tipos criminais mais incidentes nesses dois países que foram objeto de suas reflexões: no Brasil, o crime contra a vida, particularmente os homicídios, são estatisticamente mais significativos do que em Portugal. Em Portugal, destaca-se o crime contra o patrimônio, mais particularmente, os roubos e furtos; além de uma “delinquência de exclusão” de crianças e jovens que entram na cena das subversões a lei por fatores relacionados ao não-reconhecimento dos seus direitos sociais.

Os textos intitulados **“Homicídios em Alagoas: desafios e evidências empíricas”**, de Emerson Nascimento e Júlio Gaudêncio e **“O risco de ser jovem na contemporaneidade: aspectos sociais e culturais que definem condições de alta vulnerabilidade entre parcelas da juventude alagoana”**, de Ruth Vasconcelos, Fátima Machado e Jairo Calado, problematizam o tema da violência letal como um fenômeno que vem

ganhando uma expressão alarmante, com forte evidência empírica, na última década, particularmente, no Estado de Alagoas. O primeiro texto faz um esforço por definir um padrão das mortes violentas no contexto da violência urbana em Alagoas, na esteira das proposições dos estudos sobre criminalidade realizados pela Escola de Chicago, onde os pesquisadores buscavam articular a dimensão da organização social do espaço urbano com a criminalidade violenta.

O segundo texto referido focaliza suas reflexões na cidade de Maceió, problematizando como e porque as várias juventudes maceioenses ficam diferentemente expostas aos riscos de serem assassinados na cidade de Maceió. Faz uma correlação entre áreas com menor índice de desenvolvimento humanos com as áreas onde estão localizadas os maiores índices de homicídios; portanto, fortalece que a violência tem relação com o processo de desagregação social produzido pelo crescimento urbano desordenado.

O texto de Maria João Leote de Carvalho e Vera Mônica Duarte, intitulado **“Crianças, jovens e a cidade: riscos, violências e delinquências em Portugal”**, faz uma profunda e instigante discussão sobre o contexto urbano em que crianças e jovens se envolvem com situações de delinquência e violência urbana, particularmente, na cidade de Lisboa, Portugal. Dentre os argumentos presentes no texto, encontramos aquele que defende que as profundas mudanças demográficas e sociais ocorridas nas últimas décadas, com a constituição de aglomerados urbanos (em bairros de construção ilegal, barracas e bairros sociais de realojamento), produz frágeis equilíbrios relacionais e sociais que potencializam a delinquência na infância e juventude em função do enfraquecimento dos laços sociais e do isolamento social. Também na esteira dos argumentos da Escola de Chicago, as autoras refletem sobre como o processo de acelerada urbanização, decorrente dos fluxos migratórios, do aumento populacional e da concentração territorial produziram áreas urbanas mais conflituosas onde as desigualdades são mais exacerbadas e as tensões e violências mais evidenciadas. O texto dá voz aos jovens moradores de zonas vulneráveis evidenciando suas percepções sobre suas vivências nos bairros de moradia e os processos de rotulagem e marginalização de que são vítimas. O texto faz uma discussão sobre as estratégias de sobrevivência que os jovens utilizam através da formação de grupos ou gangs e de como os novos mosaicos urbanos formados pela urbanização são capazes de gerar

“conflitividades entre os residentes, entre os residentes e não residentes e a rápida degradação dessas áreas” gerando os fenômenos da “delinquência de exclusão”.

Ainda tratando da relação oblíqua entre crime e cidade, o texto “**A ‘criminalidade violenta e grave’ associada ao meio urbano**” de Ana Teresa Carneiro, Margarina Santos e António Almeida Pereira reafirmam a correlação entre crime e centros urbanos utilizando-se do contexto português para demonstrar que os crimes são ocorrência de dispersão geográfica não homogênea e, portanto, apresentam uma relação direta com as áreas metropolitanas. A tese defendida pelos autores reforça a ideia de que a criminalidade violenta e grave tem maior concentração nos populosos centros urbanos e, por isso mesmo, seu impacto contribui para aumentar a sensação de inseguranças dos moradores dessas regiões ou bairros. Em sequência, o artigo de Helena Grangeia, Olga Cruz Souza, Raquel Teixeira e Pedro Alves – “**Vulnerabilidades urbanas: explorando o fenômeno da criminalidade ligadas às joalharias cidade do Porto**”, os autores apontam não somente para padrões e dinâmicas deste fenômeno, mas também para a representação destas ações e seu impacto sobre a sensação de insegurança dos cidadãos. Destacaria aqui a contribuição destes autores em aprofundar o debate sobre o binômio crime-cidade não somente através de indicadores estatísticos, mas também a partir das dinâmicas do sentimento de insegurança subjacente à urbis moderna. O texto enriquece nossa leitura do fenômeno e expande o conceito de violência urbana, que pode ser aqui entendido para além dos atos exclusivamente criminais. Explorar essa correlação entre uma cidade que assusta e que também aterroriza parece ser a principal virtude destes dois artigos que não deixam de sugerir implicações para também pensarmos os rumos e a sensação de pânico que ronda as cidades brasileiras hoje, sobretudo, as cidades das regiões metropolitanas.

Para falarmos ainda nas implicações do pânico generalizado que toma as cidades e a sociedade contemporânea, destacamos o texto de Sílvia Gomes intitulado “**A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa**”. Relacionando a construção do pânico moral através da confluência de indicadores individuais e sociais e da relação com a própria mídia, a autora analisa os discursos e as representações veiculadas pela imprensa diária portuguesa sobre a criminalidade ligada a grupos imigrantes ou étnicos. O texto traz ao debate

um outro ângulo para o problema da violência urbana, a saber: o ângulo da indústria cultural que acusa e cria o estereótipo do potencial criminoso e sujeita o pobre e o morador da periferia. É um texto que interessa pela análise em torno da construção do potencial desviante – esse ser que assusta por que não é igual: o outro.

Os textos de Jaqueline Leão – **“Os impactos subjetivos do programa de proteção às testemunhas ameaçadas”** – e Ana Júlia Giuziratto Medeiros – **“Crianças em situação de rua em Maceió: os caminhos das políticas de assistência social em prol de seus direitos”**, ambas estudiosas egressas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas e pesquisadoras do NEVIAL atentam para a violência de entes ditos “invisíveis”, como as testemunhas de crimes, que, paradoxalmente, acabam tão vitimizadas pelo sistema de justiça criminal quanto os próprios algozes destes crimes e, as crianças em situação de rua, neste caso específico, na capital alagoana. Ao seu modo, cada uma das pesquisadoras destaca as nuances de uma violência que pode ser tão séria e agressiva quanto qualquer ato físico considerado criminal, pois, destacam a dimensão da violência subjetiva sobre o ser e o impacto da ausência de cobertura político-legal, seja para os menores em situação de rua, seja para as testemunhas de crimes que, a despeito do arrojado aparato burocrático que lhe cobrem, nem por isso sentem-se mais seguras. Com maestria, Jacqueline e Ana Júlia nos falam da violência silenciosa que ocupa pouco espaço na mídia nacional: a violência institucional, sem cara, sem voz, sem corpo físico, mas altamente pernicioso, pois torna homens supérfluos e invisíveis.

Finalmente, o texto de Elaine Pimentel – **“O lado oculto das prisões femininas: representações dos sentimentos em torno do crime e da pena”** – nos põe em contato com a realidade do cárcere, não menos cruel do que a realidade de violência vivenciada nos espaços públicos e privados de nossas cidades. Seu texto se propõe a refletir sobre as especificidades do encarceramento feminino que tem tido um crescimento significativo nos últimos tempos. Traz uma importante discussão que põe em diálogo a criminologia e o feminismo para pensar sobre o encarceramento feminino. A autora problematiza o cotidiano prisional feminino com o intuito de revelar o quanto a realidade prisional tem sido impeditiva do efetivo processo de reintegração na medida em que as mulheres, ao romperem com a lei, ficam absolutamente impedidas de vivenciarem seu papel de

mães, filhas, esposas pelo estigma de criminosas que as distanciam completamente das expectativas sociais que, numa perspectiva de gênero, percebem as mulheres como seres frágeis, dóceis, femininos, maternais e, sobretudo, submissas. Através do relato de três histórias de vida, Elaine dá voz a mulheres que, não fosse sua sensibilidade acadêmica, ficariam invisíveis e silenciadas, a despeito das especificidades do que vivenciam no cárcere.

Este dossiê que hora vem a público apresenta contribuições de trabalhos que abordam realidades bem distintas – Brasil e Portugal. É perceptível que o tipo de violência que assola os patrícios portugueses é bem diferente da nossa – ou pelo menos, nossos medos se fundam em realidades bem distintas. Chamamos atenção do leitor para o fato de que, apesar de focalizarem realidades distintas, os textos dialogam entre si; um diálogo imprescindível neste mundo globalizado onde os problemas humanos ultrapassam as fronteiras e os limites nacionais, exigindo dos pesquisadores uma postura cosmopolita que lhes permita perceber as interconexões geopolíticas presentes nas realidades locais e nacionais. A tradição de estudos sobre a violência no Brasil já se encontra bastante consolidada, talvez pelas exigências e pela complexidade dos jogos perigosos que se constituem nos cenários de violência circunscritos à realidade brasileira. Longe de termos todas as respostas aos desafios postos pela criminalidade e a violência no Brasil, estamos num momento crucial em que amargamos estatísticas alarmantes que colocam 16 cidades brasileiras entre as mais violentas do mundo, estando Maceió, lamentavelmente, ocupando o 5º lugar no ranking mundial.

Cada vez mais, os desafios são maiores e as necessidades de diálogo entre as áreas de conhecimento tornam-se mais imprescindíveis. Cada vez mais, as trocas interinstitucionais e os diálogos transdisciplinares se fazem necessários, pois, de fato, ainda temos muito o que aprender, ainda que reconheçamos que já temos algo a ensinar no campo dos estudos que se inscrevem na sociologia do crime e da violência. Com este Dossiê o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL consolida um gesto acadêmico de abertura ao diálogo, onde certamente brasileiros e portugueses se beneficiarão com o conhecimento teórico e metodológico expresso nos textos que compõe essa coletânea.

Emerson Oliveira Nascimento e Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira